

Jundiaí, 04 de março de 2021.

Exma. Sra.
Débora Cristina do Prado Belinello
Prefeita do Município de Jarinu

O Sindicato do Comércio Varejista de Jundiaí e Região (Sincomercio), na qualidade de representantes do comércio, vem por meio deste, externar nossa não concordância com a reclassificação do Município para Fase Vermelha feita pelo Governo de São Paulo e pedimos apoio à administração municipal para medidas de amparo à economia e maior fiscalização.

A entidade reforça que, sem fiscalização constante e intensiva das atividades clandestinas, principais fatores de disseminação do vírus, a regressão de fase não terá a eficácia esperada. A medida, que se inicia neste sábado (6) e vai até o próximo dia 19 de março, prevê ainda toque de restrição de circulação entre 20h e 5h

Cabe ressaltar que, no entendimento da entidade, o comércio formal e os restaurantes e bares não são responsáveis pela proliferação do novo coronavírus, já que a flexibilização das regras de funcionamento desses setores existe desde agosto em diversas regiões do Estado e estão sendo cumpridas rigorosamente.

Muitas empresas já encerraram suas atividades e postos de empregos foram perdidos o que reflete diretamente na economia do município. Desta forma, solicitamos à administração municipal uma mobilização para flexibilização no atendimento do comércio, bares e restaurantes.

Dados da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) estima que o comércio varejista paulista possa registrar perda média de R\$ 11 bilhões no mês, diante da restrição das atividades não essenciais, cifra semelhante aos impactos mensurados de recuo médio mensal de abril e maio de 2020, meses mais críticos da pandemia no ano passado. Na capital, a estimativa de perda média seria de R\$ 6 bilhões no mês em medição.

Os estabelecimentos comerciais já provaram que é possível trabalhar sem aglomeração e com segurança, seguindo todos os protocolos de sanitários e de segurança como distanciamento social, ampliação de horário de funcionamento, escala de revezamento de funcionários.

O comércio formal é seguro, ao contrário das festas clandestinas e outras ações que promovem aglomeração e descumprem todos protocolos sanitários. Emprego é vida. Todo trabalho sem aglomeração é essencial.



Nesse sentido, a entidade reforça que têm cumprido o seu papel – também firmado nas ocasiões em que tratou das propostas de protocolos –, de informar e orientar permanentemente os empresários de sua base sobre a necessidade do integral cumprimento das regras voltadas para a contenção da pandemia difundidas pelas autoridades.

Além disso, o Sincomercio auxiliou na elaboração e na aplicação por parte das empresas dos protocolos sanitários, a fim de garantir a segurança dos consumidores e da população em geral na retomada das atividades. Sem que essa operação de fiscalização seja realizada, os setores penalizados pelos impactos econômicos negativos da regressão de fase serão principalmente aqueles formalmente estabelecidos, que desde o começo da crise, estão respeitando as normas estipuladas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades estatais.

Por fim, o Sincomercio considera, que, em paralelo à regressão de fase do Plano SP, se faz imprescindível por parte do Poder Público a oferta de amparo formal às empresas e conseqüentemente aos empregos. Isso poderia ser materializado, por exemplo, na flexibilização da abertura do comércio, adotando um rodízio de funcionamento das atividades por dia da semana como, por exemplo, às segundas-feiras, vestuário, às terças, calçados e assim por diante, beneficiando todo varejo local.

Ainda no âmbito municipal, solicitamos o parcelamento do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e do Imposto Sobre Serviços (ISS); ampliação do prazo de pagamentos decorrentes dos programas especiais de parcelamento ativos de dívidas tributárias, sem imposição de multas, juros e correção monetária; assim como a ampliação e facilidades na obtenção de linha de créditos municipais.

Na esfera estadual, solicitamos apoio no atendimento a pleitos recorrentes das entidades representativas para o governo estadual, como a revisão das medidas tributárias em torno do aumento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre diversas atividades no Estado, reabertura dos programas de parcelamento desse tributo e a aprovação de crédito emergencial direcionado para as micro e as pequenas empresas que, em meio a uma nova restrição rígida de circulação de pessoas, podem ter dificuldades em manterem seus negócios em 2021.

Já na esfera federal, é essencial a retomada das medidas emergenciais de proteção ao trabalho e à renda das famílias, com suspensão da folha de pagamento, parcial ou total, com apoio do governo para complemento de renda, com a ampliação do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas

de Pequeno Porte (Pronampe) além de nova liberação de recursos para o auxílio emergencial.

No aguardo do pronto atendimento de Vossa Excelência e certos de sua atenção e compreensão aos fatos acima expostos, consignamos nossos votos da mais alta estima e distinta consideração. Estas entidades agradecem a Vossa Excelência pela valorosa atenção dispensada.

Respeitosamente,

Edison Severo Maltoni
Presidente
Sindicato do Comércio Varejista de Jundiaí e Região

